



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Preços dos alimentos terá alta contida

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), garantiu ontem que não haverá heterodoxia em medidas para reduzir preços de alimentos anunciadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL/JC

Medidas para conter alta dos preços

“O governo está adotando medidas para conter a alta dos preços, como a isenção do imposto de importação em alguns produtos e a ampliação dos estoques reguladores da Conab”, afirmou Geraldo Alckmin, em entrevista à CBN.

Importados mais baratos

Na opinião de Tatiana Pinheiro, economista chefe da Galápagos Capital, “com a suspensão do imposto de importação, os importados chegariam mais baratos ao Brasil e pressionariam os produtores nacionais a reduzir seus preços, poderia dar resultado sim”.

Oferta local

O grande ponto, argumenta a economista, “é que grande parte da oferta desses produtos é uma oferta local, então a participação do importado é menor. Quais são esses produtos? Café, carne, óleo de soja, azeite tem uma participação maior de importação, mais massa, então tem uma pequena participação de importação”.

Efeito menor

“Mas como ele é a grande oferta, é por isso que a gente fala que a redução do imposto de importação tem efeito, ela é bem-vinda, ela é a medida certa, mas ela vai ter um efeito menor”, explicou a economista.

Negociação com os estados

“O efeito maior seria se o governo conseguisse uma negociação com os estados para a redução ou a exoneração do ICMS no preço desses produtos. Aí sim, o efeito é bem maior”, assinala Tatiana Pinheiro.

Reduzir imposto

“Reduzir imposto deve ser festejado, especialmente quando se trata de alimentos da cesta básica”, pontuou Geraldo Alckmin. Segundo o vice-presidente, “estados como Piauí e Ceará já estudam a possibilidade de reduzir o ICMS de produtos essenciais, contribuindo para aliviar o impacto da inflação na população”.

Caminho é o diálogo

A guerra tarifária imposta por Donald Trump, presidente dos EUA, inclui a taxa de 25% sobre o aço e o alumínio importados. Alckmin revelou que o governo brasileiro já iniciou negociações para tentar minimizar os impactos das medidas. “O caminho é o diálogo.”

Medicamentos para autistas

O deputado federal gaúcho Pompeo de Mattos (PDT) quer incluir medicamentos gratuitos para autistas no programa Farmácia Popular. O deputado explica que “o objetivo é garantir que famílias de baixa renda tenham acesso a tratamentos essenciais, proporcionando mais qualidade de vida às pessoas com Transtorno do Espectro Autista”.

Orçamento e emendas parlamentares

A deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR), nova ministra de Relações Institucionais, tem dois grandes desafios: aprovar o Orçamento de 2025 e destravar a liberação de emendas parlamentares.

Gleisi toma posse e diz que chega para somar

Troca integral reforma ministerial para melhorar popularidade do governo

/ GOVERNO FEDERAL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) empossou ontem a nova ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT). A mudança faz parte da reforma ministerial que o chefe do Executivo realiza com foco em frear sua queda de popularidade e preparar a gestão para a reeleição petista em 2026.

Gleisi disse, em seu discurso de posse no Palácio do Planalto, que chegou no governo para “somar”, “colaborar com todos os ministros” e que tem “plena consciência” do seu papel na articulação política.

A ministra, que era presidente do PT e é conhecida por seu perfil combativo e fidelidade ao presidente Lula, garantiu, em tom conciliador, que vai dialogar “com as forças políticas do Congresso e com as expressões da sociedade, suas organizações e movimento”.

“Chego para colaborar com todos os ministros e ministras que coordenam suas respectivas áreas, respeitando os espaços e competências de cada um e cada uma, sob a liderança do presidente Lula. Tenho plena consciência do meu papel, que é da articulação política”, disse.

Ela ainda ressaltou que a política deve ser feita para “para somar, reconhecendo as diferenças, respeitando adversários, construindo alianças, cumprindo acordos legítimos no interesse maior do País e da população”. “Ninguém faz nada sozinho. Esta é uma das distinções fundamentais entre o exercício democrático da política e os projetos autoritários de poder”, completou.

A cerimônia de posse, realizada no salão nobre do Palácio do Planalto, contou com a participação de diversos ministros, deputados e senadores, além de outros convidados. O local, reservado para eventos



RICARDO STUCKERT/PR/JC

Gleisi Hoffmann comandará Secretaria de Relações Institucionais

com mais pessoas, ficou lotado.

Com perfil combativo e de fidelidade a Lula, integrantes do governo avaliam que a nova ministra adotará uma postura de governo mais combativa e defensiva em relação à gestão federal, que será caminho considerado essencial para o governo trilhar para 2026. Outro ponto que seu perfil agregará, segundo aliados petistas, é em relação à negociação das emendas parlamentares, pivô da atual crise política entre os Poderes. O impasse das emendas é avaliado como o principal tópico que o ministério terá que enfrentar neste ano.

A ida de Gleisi à secretaria enfrentou resistências tanto da oposição como de integrantes da base do governo. Para parlamentares, a postura aguerrida da deputada pode ser um empecilho para o governo ampliar sua base e conquistar votos no Congresso. Na opinião de deputados do Centrão, o ministério das Relações Institucionais deveria ser ocupado por um nome com mais trânsito entre as diferentes forças políticas.

Porém, para interlocutores do Palácio do Planalto, Gleisi deverá

amenizar seu perfil, uma vez que estará submetida agora ao chefe do Executivo, e não mais será a presidente do PT. A expectativa de aliados é que a parlamentar passe a evitar críticas que possam prejudicar o governo, mas não deve abandonar sua atividade nas redes sociais em defesa da gestão federal.

Uma das principais preocupações com sua nomeação foi a situação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT). A nova titular da articulação política é crítica da agenda econômica liderada pelo ministro. Sob o comando da deputada, o PT aprovou em dezembro de 2023 uma resolução que chamou a proposta de contenção de gastos do ministro de “austericídio fiscal”. O documento representou a posição institucional do partido, mas teve o conteúdo endossado por Gleisi. Com as rugas entre os dois, interlocutores acreditam que Gleisi deverá obediência ao presidente e, por conta disso, evitará críticas ao ministro.

Antecessor de Gleisi, Alexandre Padilha (PT) foi empossado na pasta da Saúde, no lugar de Nísia Trindade.

STF condena mais 63 envolvidos em atos de 8 de janeiro

/ INVESTIGAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou outras 63 pessoas envolvidas no ataque à Praça dos Três Poderes no dia 8 de janeiro de 2023. As penas aplicadas variam de um ano a 17 anos de detenção e foram fixadas pelos ministros em julgamentos virtuais no fim de fevereiro. Em dezembro do ano passado,

371 pessoas já haviam sido condenadas por participação nos atos.

Novos 63 réus foram condenados por crimes mais graves, com penas de 14 a 17 anos. Eles deverão contribuir com indenização de R\$ 30 milhões, a título de danos morais coletivos, a ser quitada de forma conjunta por todos os condenados, independentemente da duração da pena.

Outros 54 réus poderiam ter sido beneficiados pelo acordo de não persecução penal (ANPP) proposto pela Procuradoria-Geral da República (PGR), mas rejeitaram a possibilidade. Segundo a denúncia da PGR, eles permaneceram no acampamento montado no Quartel General do Exército, em Brasília, e não participaram da invasão à Praça dos Três Poderes.